

Experiências e vivências: importância de debates antirracistas com jovens negros/as

Experiences and experiences: importance of anti-racist debates with young black people

Sabino Tobana Intanquê,¹ UFPel

Resumo

Neste artigo, objetivou-se apresentar experiências e vivências nos primeiros momentos no Brasil no curso de Licenciatura em Sociologia, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) situada no estado de Ceará, enquanto estudante africano e negro, realçando a compreensão tardia do racismo, considerando os relatos de personagens do documentário “*Do Outro Lado do Atlântico*” (2016) de Daniele Mourão e Márcio Câmara, refletindo, através das narrativas e das construções das relações étnico-raciais no Brasil, assim como o quão é importante debater e construir mecanismos antirracistas com jovens negros/as.

Palavras-chave: Experiências; Racismo; Antirracismo; Realidade brasileira.

Abstract: The aim of this article is to present the experiences of the first moments in Brazil on the Sociology degree course at the University of the International Integration of Afro-Brazilian Lusophony (UNILAB) in the state of Ceará, as an African and black student, highlighting the late understanding of racism, considering the accounts of the characters in the documentary "Do Outro Lado do Atlântico" (On the Other Side of the Atlantic) by Daniele Mourão and Márcio Câmara, reflecting through the narratives and construction of ethnic-racial relations in Brazil, as well as how important it is to debate and build anti-racist mechanisms with young black people.

Keywords: Experiences; Racism; Anti-racism; Brazilian reality.

Introdução

Este ensaio é baseado nas minhas vivências sociais e acadêmicas, com objetivos de apresentar um pouco das minhas experiências enquanto estudante estrangeiro no Brasil, principalmente nos primeiros momentos no referido país, com foco enquanto estudante do curso de Licenciatura em Sociologia na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), situada no Estado de Ceará, uma universidade que me viu crescer enquanto acadêmico e pesquisador, possibilitando-me abertura de outros horizontes, principalmente no que refere às reflexões críticas das relações étnico-raciais, de gênero e o próprio racismo na sociedade brasileira, enfatizando ainda a importância do debate antirracista com jovens negros/as.

¹ Mestre em Educação-PUCRS, Doutorando em Educação, PPGE-UFPel e bolsista CAPES. sabinosabinotobana@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0617565506320365>

É de suma importância ressaltar que, para a construção deste ensaio, considerou-se as falas e experiências dos personagens do documentário intitulado “*Do Outro Lado do Atlântico*”, da direção de Daniele Ellery e Márcio Câmara lançado em novembro de 2016. A descrição do referido documentário pode ser ilustrativa em relação à compreensão do desenrolar das falas dos personagens durante 90 minutos, ou melhor, é um documentário filmado no Brasil e nas ilhas de Cabo Verde.

De igual forma, foram abordadas no documentário as diversas formas de percepções sobre identidades e culturas de estudantes africanos de países africanos de língua oficial portuguesa (*PALOP's*) que estudam ou estudaram nas universidades brasileiras. Dos dois lados do Atlântico, histórias de partidas, permanências e regressos são contados, encontros e desencontros de ideias, espaços, desejos e sonhos.

Na construção deste artigo, levou-se em consideração as minhas experiências e vivência enquanto estudante negro que não teve oportunidade de adquirir conhecimentos antirracistas nas escolas do ensino básicos e secundários do meu país (Guiné-Bissau). O meu contato com os debates antirracistas aconteceu quando decidi deixar o meu país de origem em busca de conhecimento, uma realidade que mudou através de participação, engajamento e interesse em escutar e apreender sobre as questões raciais no Brasil e não só.

O levantamento de bibliografias foi fundamental para materialização deste trabalho. De igual forma, Gil (2008) afirma que é um fator fundamental no que refere ao embasamento teórico e conceitual, permitindo a compreensão do fenômeno pesquisado através das bibliografias e fontes históricas oficiais e não oficiais, assim como procurando respostas através da análise das informações obtidas. Portanto, ainda Gil (2008) ressaltou que, a pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, teses e dissertações. Recomendações levadas em consideração para materialização deste trabalho.

De igual modo, para Prodanov e Freitas (2013), a pesquisa bibliográfica é elaborada a partir de material já publicado, ou seja, livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico. Ainda esses autores frisaram que a pesquisa bibliográfica permite o pesquisador ter contato direto com “todo” material já escrito relacionado ao assunto da pesquisa.

Em relação à técnica de pesquisa, a análise de conteúdo foi fundamental para realização desta pesquisa, portanto, para Freitas *et al.* (1997), a análise de conteúdo em todo

caso, pode ser definida como um conjunto de instrumentos metodológicos, que se utiliza para analisar diversas fontes de conteúdo, sem esquecer de que, é uma técnica de pesquisa que exige do pesquisador, a disciplina, dedicação, paciência e saber utilizar o seu tempo. Por isso, é de suma importância considerar a intuição, criatividade e imaginação em relação ao conteúdo a ser analisado.

Em relação à estrutura deste artigo, primeiro, foi feita uma breve apresentação do meu percurso enquanto estudante nas escolas públicas da Guiné-Bissau; a minha chegada no Brasil principalmente quando ingressei no curso de Licenciatura em Sociologia da UNILAB e, como as leituras dos esboços raciais e antirracistas me possibilitaram a ter noção mais ampla em relação à questão racial do país, assim como, compreender o quanto é importante construir debates antirracistas nas nossas sociedades.

A seguir, foi feita uma análise do documentário *“Do Outro Lado do Atlântico”* (2016), enfatizando as falas de personagens e a criação do elo dessas falas com as minhas experiências em relação ao racismo e lutas antirracistas, enquanto estudante negro-africano e guineense no Brasil. Por último, uma abordagem a importância de desencadear debates raciais e antirracistas com jovens negros/as, para possibilitar um reforço da consciência racial crítica em diferentes espaços, ou seja, tanto nas escolas assim como nas comunidades.

Processo formativo do pesquisador: breve historial

Sou da Guiné-Bissau, um país situado no oeste do continente africano e ex-colônia de Portugal. O Bairro Quelelé em Bissau foi um dos primeiros bairros no qual comecei os meus estudos primários. Na escola do mesmo bairro estudei da 1ª classe até a 5ª classe (do 1º ano ao 5º ano). Fiz a 6ª classe (6º ano) na Escola Justado Vieira, no Bairro de Ajuda, em Bissau-Capital do país, comecei o ensino básico na Escola Samora Moisés Machel na qual estudei 7ª e 8ª classe (7º ano e 8º ano).

Com a mudança da minha família para o bairro de Antula, ainda em Bissau, a minha mãe decidiu me matricular na Escola do Ensino Básico e Secundário 23 de Janeiro, uma escola batizada com a data do início da luta da libertação da Guiné Bissau. Na referida escola, terminei o segundo ciclo do ensino básico, ou seja, 9ª classe (9º ano).

A Escola do Ensino Básico e Secundário 23 de Janeiro serviu-me de ponte para o fim de um ciclo escolar e início do outro, no qual comecei e terminei o ensino secundário, ou

melhor, 10^a, 11^a e 12^a classe (Do 1^o ao 3^o ano do ensino médio), onde finalmente terminei uma das etapas fundamentais na minha formação enquanto estudante e cidadão.

As experiências vividas durante todos esses doze anos, tanto nas escolas como nas comunidades, foram cruciais para a inquietação que vivencio hoje como acadêmico e pesquisador, de certa forma, essas experiências serviram e servem ainda de ferramentas para indagações sobre a ausência do debate racial e sobre racismo no sistema de ensino do país, no que refere encarar e analisar o sistema de ensino e o aprendizado nas escolas públicas da Guiné-Bissau. Afinal, por que ainda existe a ausência desse debate? Não se debate esse assunto com estudantes por motivo do sistema de ensino ainda estar atrelado ao modelo colonial? Minhas experiências como estudante levou-me a fazer essas questões que poderão possibilitar inúmeras reflexões, pois, acredito que o processo de ensino e aprendizagem se constrói com diálogos, reflexões e conteúdo que abordam as questões raciais que precisam ser debatidos.

Essas reflexões não se verificavam nas escolas em que eu passei, ou seja, nessas escolas os alunos, inclusive eu, recebíamos conteúdos e muitas das vezes éramos obrigados a decorar os conteúdos para as provas escritas e orais. Esta lógica de ensino não nos possibilitava refletir e procurar outras possíveis soluções para os problemas com os professores. Nas escolas que estudei, nunca tive oportunidade de participar nos debates e reflexões sobre questões raciais e o próprio racismo, um dos motivos de compreender tardiamente as relações raciais existentes e o racismo que negros/as enfrentam no dia a dia, não só no Brasil, assim como no mundo todo. Acredito que o sistema do ensino e aprendizagem da Guiné-Bissau ainda estão marcados pela colonialidade que impossibilita a reflexão profunda sobre diversidade cultural, questões raciais e o racismo.

Após terminar o Ensino Secundário na Guiné-Bissau no ano de 2013, comecei a pensar na realização de um curso superior no país ou no exterior. Por motivos pessoais, sempre optei em estudar fora da Guiné-Bissau, no entanto, comecei a fazer curso intensivo de informática custeado pela minha querida tia Maria Alice, uma mulher que sempre se preocupou e se preocupa com o meu bem-estar e com a minha formação.

No mesmo ano, ouvi falar de uma “bolsa” de estudo que a cada ano uma universidade oferecia vagas para estudar no Brasil em uma Universidade pública e Federal que é a (UNILAB). Procurei as informações na Embaixada do Brasil em Bissau sobre o processo seletivo e as documentações necessárias para se candidatar, comecei a planejar principalmente

os valores monetários necessários para emissão de passaporte e de todos certificados do ensino secundário. No início de 2014, a UNILAB publicou um edital para estrangeiros ingressarem nos cursos de graduação, e na sequência disso, realizei a inscrição e entreguei todos os documentos solicitados na referida embaixada.

Fiz a prova e, após alguns meses, saíram os resultados preliminares dos exames e depois definitivos no qual consegui a vaga para cursar o Bacharelado em Humanidades na UNILAB, e posteriormente concluí a Licenciatura em Sociologia na mesma universidade. Ao longo desses anos, conheci grupos de pesquisas e participei de encontros relacionados ao debate racial e ao racismo na sociedade brasileira, comecei a integrar e ter interesses por esses assuntos, por isso, acredito que esses debates devem interessar qualquer que seja pessoa negra, e deve servir de momentos de reflexões e de lutas antirracistas.

Lendo textos de bell hooks (2013), Freire (1978), Fanon (2008), Mbembe (2018), Bâ (2010) e entre outros escritores, acabei por perceber o quanto necessário é a discussão da colonialidade e da de(s)colonialidade no sistema educacional guineense para pensar uma ruptura significativa de uma educação inclusiva, de equidade, libertadora, anticolonial, antirracista e contra tribalismo.

“Do outro lado do Atlântico”: experiências e vicências

No documentário *“Do outro Lado do Atlântico”* (2016) da autoria de Daniele Mourão e Márcio Câmara, foram sintetizadas através das falas de personagens, as narrativas sobre construção das relações étnico-raciais no Brasil, assim como a relação entre o Brasil e a África. Essas relações foram criadas desde o início do período da escravidão, no qual vários africanos foram trazidos para o Brasil afim de serem submetidos aos trabalhos escravos.

A escravidão assim como a colonização fizeram o Brasil se adquirir alguns traços culturais dos povos africanos que até hoje se verificam na sociedade brasileira, isto se deve à diáspora africana, que muitas das vezes, os descendentes dos africanos no Brasil sofrem de certa forma as discriminações que são fatos que algumas personagens enfatizaram no referido filme.

Foram abordadas e ilustradas as diferentes formas de entender as identidades e culturas, principalmente dos estudantes africanos de diferentes países que falam a língua portuguesa, quer dizer, os estudantes que estudam assim como aqueles que já estudaram nas universidades brasileiras. Ainda, o documentário aborda as histórias desses estudantes antes

de deixarem os seus países para o Brasil, os seus percursos acadêmicos, assim como os seus regressos e sonhos.

A forte ligação cultural do Brasil com o continente africano deve-se ao fato de que muitos africanos foram submetidos à escravidão nesse país, como sintetizou Munanga (2019) enfatizando que, no século XV, os europeus chegaram no continente americano e estes implementaram a demanda da mão-de-obra barata, na altura, a África não tinha desenvolvido as tecnologias potentes de guerras, assim como indústria de guerra como os europeus, por isso, a África passou a ser reservatório da mão-de-obra humana por meio do tráfico de pessoas com a finalidade de servirem na transformação de matérias primas, na plantação de cana-de-açúcar e dentre outros processo de exploração.

Essa aproximação identitária entre Brasil e África, foi enfatizada no documentário, duma forma diferente, ou melhor, através das falas e histórias de personagens e jovens africanos dos países da língua oficial portuguesa, que deixaram os seus países de origem para estudar nas universidades brasileiras. Os autores do documentário trazerem à tona as trajetórias desses estudantes, e estas trajetórias que foram marcadas pela difícil tomada de decisão de deixarem suas famílias, amigos, a procura de uma vida melhor, assim como a procura de conhecimento e a realização dos seus sonhos.

Falando das relações étnicos raciais no Brasil, os depoimentos das personagens do documentário são muito mais ilustrativas sobre o assunto, porque muitas das vezes o Brasil é visto como um país do “mito das três raças”, onde todos se dão bem, sem existência de atitudes de preconceito, discriminação racial e racismo, mas, os estudantes entrevistados, mostraram que ao deixarem seus países, após chegaram no Brasil, houve uma dificuldade de se adaptarem à realidade brasileira, porque muitas das vezes são vistos com desconfiança, e percebem também a prática racista no cotidiano e nos lugares que frequentam.

A minha ingenuidade em relação ao mito da democracia racial no Brasil foi se desconstruindo ao longo do tempo, através das minhas experiências e vivências enquanto negro e estrangeiro no país. O mais deprimente ainda, é observar a legitimidade desse mito da democracia racial no qual muitas pessoas, infelizmente, acreditam na sua existência. Deste modo, Gomes (2021) afirma que, acreditar que o Brasil é ausente de conflitos de raça, significa negar toda história do povo negro no país, que é marcada pela violência, de igual forma, desacreditar as lutas de todos os movimentos que se engajam em prol da igualdade racial.

O fato do Brasil ser um país com muitos descendentes de africanos, fez com que muitos desses estudantes entendam que seria muito mais fácil a adaptação linguística e social, mas, foram os imaginários construídos por estes estudantes, em muitos dos casos não pensavam que poderiam passar ou sofrer discriminação racial e preconceito, situações que já passei, ou melhor, o imaginário de possível inexistência de racismo no Brasil foi desconstruído após a minha chegada no país, tardiamente, mas sim, passei a observar práticas racistas nas instituições, nas comunidades que frequentei e frequento, assim como no dia-a-dia.

O Referido documentário possibilita-nos fazer uma crítica a respeito das discriminações que os negros sofrem no Brasil, tentando mostrar a realidade da sociedade brasileiro onde muitas das vezes são mascaradas pela tentativa da negação da dignidade e da humanidade do “outro” ou seja, do negro. Sabe-se ainda que o ser branco é assumir o lugar de privilégio, como estes estudantes não são pessoas brancas por isso sofreram-sofrem discriminações até de próprios negros, ou seja, o racismo muita das vezes é reproduzido pelas pessoas negras de forma consciente ou inconscientemente,

Como salienta Cardoso (2010), a branquitude é considerada como um privilégio de forma simbólica, e estes privilégios é que muitas das vezes legitimam o poder do branco ou ainda facilita na construção social de produções e reproduções de preconceito racial ou discriminação racial. Uma questão que foi enfatizada no documentário, ilustrando de forma mais evidente como as pessoas brancas têm probabilidade maior de ocupar espaços hegemônico e de poder.

No Brasil, a problemática das relações étnico-raciais é um assunto que deve ser questionado em todas as vertentes, porque o negro sempre assumiu e assume um papel pejorativo na sociedade, muitas das vezes pessoas negras são consideradas de incapazes sofrem discriminação pelas suas condições biológicas, por isso, Munanga (2019) salienta que os negros se tornam então, sinônimo de ser primitivo, inferior, dotado de uma mentalidade de incapacidade, a condição social e racial do negro no mundo moderno assim como nas literaturas enfatizam seus pretendidos caracteres, considerando os negros como seres inferiores.

Esta afirmação do autor pode servir para ilustrar o que acontece no Brasil, onde os negros são considerados de inferiores, a imagem do negro representa inferioridade em qualquer que seja lugar do país, e isso acontece até entre os negros, ou melhor, o negro

discriminando o negro. Uma realidade que precisa ser mudada através da continuidade das lutas e engajamento dos movimentos negros, promovendo ações antirracistas para que jovens negros/as possam se engajar mais no que se refere ao empoderamento, autoafirmação e autoaceitação da negritude.

Falar sobre racismo: caminhos para emancipação e desconstrução

É muito importante salientar que debate antirracista deve desencadear a construção de modos de agir e de pensar, assim como práticas que envolvem combate ao racismo em quaisquer áreas de conhecimento, tanto nas escolas assim como nas comunidades, possibilitando jovens negros/as a adquirirem conhecimentos sobre o desenrolar da discriminação racial e lutas antirracistas. A discussão sobre o antirracismo vem sendo temática de muitos campos de saberes, como afirma Munanga (2009) de que, até os anos de 1970 os debates antirracistas eram recorrentes mais no campo das ciências biológicas, só mais tarde, ou melhor, nos anos de 1980 é que outras áreas de saberes incluíram outros termos e léxicos que permitem compreender de maneira mais ampla as formas de debate e combate ao racismo.

As práticas antirracistas devem e precisam ser articuladas com políticas contra reverberações racistas, considerando os momentos históricos de uma determinada sociedade, por isso, Cruz (2016) afirma que o antirracismo deve ser acompanhado pelas/com definições de políticas contra implicações racistas, de igual forma, entender as características amplas e múltiplas, de acordo com os contextos locais e globais.

A autora citada ainda enfatiza que a articulação de prática antirracista com a compreensão de modos de produção e disseminação de discursos racistas fazem com que essa mesma prática adquira uma funcionalidade para combater estereótipos racistas. Essa afirmação nos faz entender que não se pode debater o antirracismo sem conhecer como o próprio racismo reverbera na sociedade, uma articulação que, segundo a autora, deve ser feita considerando a forma como o racismo impactou e impacta uma determinada sociedade e como essa mesma sociedade foi construída.

Entretanto, é de suma importância proporcionar debates antirracistas com jovens negros/as, momentos de reflexões sobre a realidade social e racial que devem incluir a própria prática da negritude e a aceitação do ser negro na sociedade. Não se pode efetivar prática antirracista com jovens que, de certa forma não se reconhecem como negros/as, como salienta

Guimarães (2005), citado pela Cruz (2016) que o antirracismo como prática política deve possibilitar as pessoas negras de se identificarem do ponto de vista racial. Por isso, a não identificação do ponto de vista racial abala o imaginário de muitas pessoas negras e acaba por camuflar a realidade social e racial de uma sociedade racista.

Enquanto as práticas racistas fazem parte do dia-a-dia do ser negro em diferentes espaços sociais, culturais e acadêmicos, enquanto pessoas que sofrem com esses acontecimentos, o nosso engajamento nos debates e conferências antirracistas é primordial, por isso, Cruz (2016) nos faz refletir ainda que, essas conferências podem possibilitar a reintrodução do debate acerca do antirracismo, não só abrangendo a questão cultural, mas também engajando nas lutas antirracistas, considerando a questão religiosa e de gênero.

As estratégias para superação de desigualdade social e racial devem partir através das discussões amplas para a compreensão do racismo estrutural, formas de pensar a agir que devem ser incorporadas nos debates com jovens negros/as, por isso, Silva (2021) acredita que as discussões antirracistas permitem sustentar um olhar analítico e político para o campo de estudos das relações étnico-raciais, com a finalidade de descrever e interpretar como se manifesta o racismo estrutural e refletir sobre estratégias e mecanismos para a superação do racismo.

Como aponta Almeida (2019), o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou melhor, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas assim como as relações familiares, de igual forma, o autor não considera o racismo como uma patologia social e nem um desarranjo institucional. Ou seja, o racismo é estrutural.

No que se refere aos espaços de discussões antirracistas e importância dos movimentos negros na denúncia do racismo, Silva (2021) enfatiza que os coletivos negros têm criado espaços na mídia, como jornais e redes sociais, com objetivos de divulgar o engajamento de negros/as principalmente para denunciar o racismo na sociedade brasileira. Ainda, esses coletivos têm muita importância porque procuram visibilizar conquistas que vem decorrendo ao longo do tempo, conquistas como o sistema de cotas raciais nas universidades, um apontamento que nos mostra como é importante debater as pautas raciais para a superação da desigualdade racial.

A recusa da discussão da questão racial ou do racismo se verifica através da negação da existência do racismo, por isso, Gomes (2021) afirma que mesmo com a abertura das

discussões acerca do racismo, uma grande parte da sociedade ainda se fecha para essa discussão, e existem afirmações que remetem a negação de que haja racismo na sociedade brasileira, mesmo que ele seja “escancarado”. Por isso, os movimentos de lutas antirracistas consideram esse fato como uma contradição. Desta forma, é muito necessário continuar a lutar para que se reverta o cenário atual sobre as relações étnico-raciais.

Os debates antirracistas não devem interessar somente pessoas negras, mas sim, qualquer que seja pessoa que pauta pela igualdade racial. Por isso, como podemos ser antirracistas? Gomes (2021) sinaliza que se pode ser antirracista usando as práticas de enfrentamento ao racismo, de igual modo, combater as estruturas que fazem do racismo uma forma de chegar ao poder e a própria manutenção do poder.

A autora ainda salienta que a prática antirracista consiste em ações que põem em pauta o racismo na sociedade, com a finalidade de alterar o cenário submetido à população negra, uma luta que necessita de engajamento de toda a população que se preocupa com a mudança da realidade e se responsabilizar de forma clara para a inversão desse status-quo permanente na sociedade.

Por isso, é muito importante que nós, enquanto pessoas negras, é fundamental assumirmos sempre um posicionamento engajamento para a promoção de debates antirracistas em qualquer que seja espaço que nos encontramos, e não só. De igual forma, Almeida et al. (2022) salientam que é de suma importância colocar no cotidiano as temáticas que envolvem as práticas antirracistas e a manutenção dos privilégios da branquitude, para isso, debates precisam ultrapassar as abordagens racistas somente nas datas específicas como, por exemplo, no Dia da Consciência Negra (20 de novembro), mas também as discussões e as práticas antirracistas precisam estar nos processos cotidianos, um movimento necessário para pensar uma sociedade antirracista.

Assim, devemos revelar sempre uma preocupação com a educação antirracista, desencadeando debates com jovens, para uma possível reconstrução da imagem de negros/as na sociedade. Essa tarefa deve ser assumida por pesquisadores/as, intelectuais e políticos negros/as, assim como todas a camada social almeja uma sociedade livre de racismo, justa e igualitária.

Considerações finais

Neste artigo, as reflexões sobre o meu percurso escolar na Guiné-Bissau, momentos importantes para a minha formação enquanto cidadão e pesquisador, momentos que contribuíram e contribuem nas minhas reflexões críticas acerca dos conteúdos que estudei nas escolas. Afirmo ainda que, não se pode concretizar emancipação sem refletirmos acerca do racismo estrutural.

Um sistema de educação deve englobar debates antirracistas, um debate importante para que adolescentes e jovens negros/as possam compreender e relatar o ocorrido no seu dia a dia, assim como promover discussões para que jovens possam ter mecanismos teóricos e conceitos para o enfrentamento do racismo. Uma oportunidade que não tive e sei que muitos jovens não tiveram esta oportunidade. Experiências vivenciadas na UNILAB abriram horizontes para uma compreensão mais acurada sobre questões raciais.

Saliento, ainda, que a colonialidade, assim como o racismo estrutural invisibiliza esse debate, uma questão que precisa ser discutida e problematizada em detrimento da formação de jovens negros/as para que possam se engajar mais e assumirem seus destinos enquanto cidadãos que precisam ser valorizados e respeitados, uma luta que deve ser assumida com responsabilidade e para uma sociedade mais justa e igualitária.

O documentário *Do Outro Lado do Atlântico* trabalhado neste artigo me ajudou a romper com o imaginário do Brasil como um país sem racismo, como também, é impossível negar os avanços nos debates sobre o racismo na sociedade brasileiro, assim como avanços nas lutas pelo enfrentamento do racismo e políticas para a promoção da igualdade racial, lutas que precisam ser valorizadas e apoiadas, principalmente aderidas por pessoas negras e pessoas que almejam um mundo melhor e mais saudável em termos de convivências.

Inviabilizar debates sobre racismo impossibilita a compreensão do fenômeno social vigente na realidade social e racial brasileira, realidades que precisa ser discutida, contestada e denunciada para acabar com caos racial que prevalece na sociedade, um problema que deve ser combatido com lutas e debates, abrindo horizontes para que jovens negros/as possam se interessar mais nas suas negritudes, de se autoafirmarem enquanto negros e negras.

Personagens entrevistadas no documentário tiveram a mesma percepção ingênua sobre o racismo, uma oportunidade de debate que não tiveram e que eu não tive no meu país de origem (Guiné-Bissau). Uma abertura sobre essas questões precisa ser possibilitada nos espaços escolares, universitários e comunitários, porque são espaços onde ocorrem atos racistas com muita frequência.

Na graduação tive a oportunidade de vivenciar momentos importantes para o meu engajamento e esses momentos devem ser proporcionados para que outras pessoas possam se engajar mais nas discussões sobre racismo, assim como no seu combate. Enfatizo ainda que a desconstrução de narrativas deve partir desses debates, a desconstrução da imagem pejorativa do negro na sociedade é eminente e indispensável, uma luta que deve ser assumida pelo Estado, sociedade civil, assim como por coletivos e movimentos antirracistas.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Diângeli Strada de. MIRANDA, Gabriela da Cruz. RODRIGUES, Luciana. Pensando a produção de uma Cidadania Antirracista. In: MACHADO, Loiva Mara de Oliveira; FERRUGEM, Daniela; ROSA, Cíntia Marques da (Org.). **Debates antirracistas; direitos humanos e políticas sociais**. 1.ed. – Porto Alegre: CirKula, 2022.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BÂ, Amadou Hampâté. A tradição viva. In: KIZERBO, Joseph (org). **História Geral da África I: Metodologia e pré-história da África**. Brasília: UNESCO, 2010.

CARDOSO, Lourenço. Branquitude acrílica e crítica: A supremacia racial e o branco antirracista. **Rev.latinoam.cienc.soc.niñez juv** [online], v.8, n.1, p.607-630, 2010.

CRUZ, Ana Cristina Juvenal da. O debate contemporâneo do antirracismo: implicações teóricas e políticas para a educação. **Rev. educ. PUC-Camp., Campinas**, v. 21, n.3, p. 335-349, set./dez. 2016.

DO OUTRO LADO DE ATLÂNTICO. Direção: Daniele Ellery e Márcio Câmara. Produção: Allan Deberton. Deberton Entretenimento. Brasil e Cabo-Verde, 2016. (90 min).

FANON, Frantz. **Pele negra máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira, Prefácio de Lewis R. Gordon. EDUFBA. Salvador, 2008.

FREIRE, Paulo. **Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em Processo**. 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

FREITAS, H. M.; CUNHA JÚNIOR, M.; MOSCAROLA, J. Aplicação de Sistema de Software para auxílio na análise de conteúdo. **RAUSP Management Journal**, v. 32, n. 3, p. 97-109, 1997.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Nathália Inácia. **Racismo e antirracismo no brasil e seus reflexos na escola**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso- Escola de Formação de Professores e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2021.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MUNANGA, Kabengele. Fundamentos antropológicos e histórico jurídicos das políticas de universalização e de diversidade nos sistemas educacionais do mundo contemporâneo. In:

Ações afirmativas nas políticas educacionais: o contexto pós-Durban. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

_____. **Negritude: usos e sentidos.** 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. Coleção Cultura Negra e Identidades. E-book.

PRODANOV, Cleber Cristiano. FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico.** 2ª edição. Novo Hamburgo - Rio Grande do Sul – Brasil, Fevale, 2013.

SILVA. Marcos Antonio Batista da. Educação antirracista no contexto político e acadêmico: tensões e deslocamentos. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 47, p.1-18, 2021.